



## **IFI estima IPCA de 7,4% em 2022 e teto de gastos de R\$ 1.807,8 bilhões em 2023**

*Instituição Fiscal Independente atualiza projeções de indicadores macrofiscais e analisa o PLDO para 2023*

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (13) o relatório de acompanhamento fiscal do mês de julho.

### **PLDO**

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), aprovado ontem (12), fixa meta de déficit primário para o governo central de R\$ 65,9 bilhões para 2023, resultado inferior à projeção atual da IFI, superavit de R\$ 1,4 bilhão.

A diferença, localizada principalmente nas receitas administradas e do RGPS, possivelmente se deve a hipóteses distintas para inflação e outros parâmetros macroeconômicos, além de surpresas positivas na arrecadação de 2022 que ainda não haviam sido consideradas no cenário do PLDO.

Quanto às despesas primárias totais, a diferença entre as projeções da LDO e da IFI para o ano que vem é de apenas R\$ 0,7 bilhão, mas há distinções entre os componentes do gasto. Em pessoal e encargos sociais, por exemplo, os números da IFI são maiores que o do PLDO em R\$ 3,8 bilhões, enquanto, para a soma das despesas discricionárias com outras obrigatórias, nossas projeções são R\$ 10,7 bilhões inferiores às do PLDO.

### **Teto de gastos para 2023**

Atualmente o limite de gastos da União é definido com base no limite do ano anterior corrigido pela inflação observada no ano anterior. As projeções mais recentes indicam que a inflação deve ficar acima do valor projetado no PLDO, o que aumentaria o limite de gastos da União para 2023. A IFI estima o IPCA em 7,4% para 2022, o que faz com que o teto de gastos de 2023 seja de R\$ 1.807,8 bilhões.

### **Emendas de relator-geral**

O texto aprovado pelo plenário do Congresso Nacional retira a previsão de que as emendas de relator-geral também se tornassem impositivas. Além disso, passa a prever, para efeito de transparência, que a indicação de beneficiários abrangerá necessariamente o nome do parlamentar solicitante, ainda quando o seu pleito se fundamentar em demanda que lhe tenha sido apresentada por agentes públicos ou por representantes da sociedade civil.

## **Cenário macroeconômico**

Os cortes recentes nas alíquotas do ICMS, da Cide e do PIS/Cofins (Lei Complementar nº 194/2022) e a PEC dos Auxílios (PEC 1/2022), que aumenta o valor de benefícios sociais e econômicos, especialmente do Auxílio Brasil, podem produzir algum efeito positivo sobre a demanda agregada por meio da ampliação da massa de rendimentos disponível para o consumo.

Por outro lado, o aumento da percepção do risco quanto à sustentabilidade das contas públicas já provocou um deslocamento da curva futura de juros e a ampliação do prêmio de risco-país, e tende a produzir efeitos negativos defasados sobre a atividade econômica. Por isso, a IFI mantém a sua projeção de crescimento do PIB em 2022 em 1,4%, como foi divulgado no relatório de junho, mas reduz para 0,7% a perspectiva de crescimento para 2023.

As projeções para a inflação também foram revisadas. O IPCA de 2022 foi atualizado de 8,6% para 7,4% em 2022, devido ao impacto da isenção da Cide e do PIS/Cofins sobre gasolina e etanol até 31 de dezembro e do estabelecimento de um limite permanente para as alíquotas do ICMS sobre bens essenciais, incluindo combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. No entanto, a expectativa do IPCA para 2023 subiu de 4,2% para 4,8%, em função do efeito da recomposição das alíquotas dos impostos federais a partir de janeiro.

## **Dívida pública**

A IFI estima que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) termine 2022 em 79,4% do PIB. Em junho, a IFI projetava a DBGG em 78,7% do PIB. A diferença se explica pela mudança na expectativa para os juros básicos da economia (Selic) em 2022, que aumentou, e pela revisão para baixo na projeção do IPCA, o que subiu os juros reais esperados para este ano. Para manter a dívida bruta neste patamar, seria necessário um superavit primário de 1,4% do PIB, 1,1 p.p. do PIB maior do que a atual projeção do cenário base (0,3% do PIB).

## **Risco fiscal**

O relatório deste mês também discute alguns aspectos relacionados ao risco fiscal embutido nas recentes ações de política fiscal adotadas pelo governo, de expansão dos gastos primários e renúncias de arrecadação. Combinadas com as alterações promovidas na regra do teto de gasto ao final de 2021, as medidas impactam negativamente o resultado primário de 2022 em R\$ 165,98 bilhões.

## **Relatório de Acompanhamento Fiscal**

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia e a conjuntura fiscal. Duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro, o RAF apresenta também uma ampla revisão do cenário fiscal para dez anos à frente. Sem prejuízo dessas revisões, com foco no médio prazo, a partir de junho deste ano, passamos a atualizar mensalmente as projeções como forma de

captar de forma mais tempestiva as dinâmicas de curto prazo das variáveis econômicas. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

**Serviço:**

**Instituição Fiscal Independente**

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

[www12.senado.leg.br/ifi](http://www12.senado.leg.br/ifi) | [ifi@senado.leg.br](mailto:ifi@senado.leg.br)

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>